

CORREIO DE CAMPINAS

POR
RAQUEL VALLI

Firmino Piton/ Prefeitura de Campinas



Guardas Municipais durante "Operação Centro"

GMs cobram plano de cargos e apontam para "medida radical"

Os guardas municipais de Campinas realizam uma reunião nesta terça-feira (16), às 14h, na sede do Sindicato dos Trabalhadores do Serviço Público Municipal de Campinas (STMC) para cobrar respostas da prefeitura sobre o plano de cargos da categoria, que está sendo implementado há três anos. Têm compartilhado nas redes sociais um vídeo de 2022 no qual o vice-prefeito Wanderlei de Almeida, o Wandão, afirma que o plano está em fase de elaboração. Já um informativo indica a possibilidade tomada de uma "medida radical", caso não ocorra um acordo com a Administração, apontando uma possível Operação Tartaruga. Por exercer atividade essencial para a ordem pública, a GM não possui direito à greve.

Achatamento da Guarda

Segundo um agente que prefere não se identificar, com receio de represálias, a defasagem salarial da 3ª classe gera rotatividade e redução do efetivo na instituição, havendo a aposentadoria dos mais antigos e a saída dos recrutas, que seguem estudando e buscam aprovação em concursos públicos com remunerações maiores. A consequência é a perda de profissionais com experiência e a não retenção dos novos guardas.

Prefeitura de Campinas



Wandão teria feito promessa aos GMs há 3 anos

O novo plano

Organiza a carreira em um cargo único de Guarda Municipal, dividido em nove níveis hierárquicos. O ingresso ocorre no Nível 1, como 3ª Classe, com evolução para as graduações de 2ª Classe, 1ª Classe, Classe Especial, Classe Distinta, Subinspetor, Inspetor, Inspetor Superintendente e Superintendente, que ocupa o Nível 9. Já as funções de Comandante e Subcomandante são atribuições temporárias, preenchidas por servidores que atingiram o nível de Superintendente, mediante o pagamento de gratificação.

O que diz a prefeitura

Informou que "está finalizando um projeto de lei que promoverá mudanças no Plano de Cargos, Carreiras e Benefícios dos servidores municipais", e que as propostas têm como base o estudo técnico realizado pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe)". Disse ainda que "a proposta foi apresentada e aprovada na última reunião da campanha salarial com o sindicato".

PINGA-FOGO

Drones pró-animais

O vereador Hebert Ganem (Podemos-SP) apresentou uma proposta que prevê a utilização de drones para auxiliar na identificação e fiscalização de maus-tratos contra animais em Campinas, modernizando a atuação e ampliando a capacidade de resposta do poder público diante de denúncias.

Água e abrigo

Cria um programa municipal voltado à vigilância e ao monitoramento aéreo, com o objetivo de identificar situações de abuso e apoiar equipes de fiscalização além de atuar de forma preventiva, podendo identificar animais acorrentados em espaços inadequados, sem acesso a água, alimentação ou abrigo.

Locais ermos

A proposta também permite o uso das imagens captadas como apoio em processos administrativos, respeitando a legislação de proteção de dados e a privacidade dos cidadãos. Além disso, ajuda nas dificuldades operacionais para atender todas as denúncias, especialmente as em locais de difícil acesso.

Parcerias

Além disso, abre a possibilidade de parcerias com universidades, órgãos públicos e empresas de tecnologia para viabilizar a implementação do sistema. "A proposta não obriga a aquisição imediata dos equipamentos, permitindo que a implementação ocorra conforme disponibilidade orçamentária", afirma Ganem.

Transparência

Esse mecanismo fortalece a rede de proteção animal ao integrar o trabalho dos protetores independentes e das organizações não governamentais (ONGs) com as ações fiscalizatórias do poder público, tornando o atendimento das denúncias, inclusive as da população, mais rápido e transparente.

Efeito preventivo

A ciência de que drones realizam o monitoramento aéreo gera ainda um efeito inibidor na comunidade local. Sabendo que os crimes nos quintais podem ser registrados em vídeo, os potenciais infratores passam a tentar evitar cometer abusos, resultando em dignidade aos animais.



Deputado Rafa Zimbaldi (União Brasil-SP), autor da proposta

Cordão de Alzheimer para evitar desaparecidos

Item, gratuito, distribuído pelo Estado, pretende agilizar socorro

Por Raquel Valli

Um projeto de lei protocolado na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp) propõe a criação do cordão para a identificação de pessoas com Alzheimer para evitar desaparecidos e facilitar o contato com familiares em casos de desorientação. Propõe a confecção e distribuição gratuita pelo Estado de São Paulo. O cordão permitirá que funcionários, agentes públicos ou qualquer cidadão possa prestar auxílio imediato, fazer encaminhamentos de urgência e de emergência, acionando os familiares, em casos dos pacientes estarem desorientados, com dificuldade de comunicação ou perda momentânea de referência espacial. "Muitas famílias convivem diariamente com o medo de que um parente com Alzheimer se perca ou não consiga pedir ajuda. O cordão que estamos propondo, por meio de lei, reduz riscos e facilita reencontros", afirma o campineiro Rafa Zimbaldi, deputado estadual (União-Brasil) e autor do projeto.

Crescimento

A proposta surge em meio ao avanço das enfermidades neurodegenerativas. Estudo do Institute for Health Metrics and Evaluation (IHME) estima que o número de cidadãos com demência no mundo chegará a 153 milhões até 2050. No Brasil, as ocorrências podem saltar de 1,8 milhão para 5,6 milhões no perío-

do. O Alzheimer é a forma mais comum de deterioração mental e declínio cognitivo, respondendo por cerca de 60% a 80% dos diagnósticos. "Na prática, este cordão será uma forma mais rápida de reconhecimento de quem tenha Alzheimer, principalmente em locais de grande circulação, como terminais de transporte público, centros comerciais, supermercados, eventos e unidades de saúde", complementa o deputado.

Auxílio

Atualmente, de maneira improvisada, muitas famílias recorrem a pulseiras, crachás e identificações particulares, sem qualquer padronização ou reconhecimento oficial. A protetora de animais Marynes Silva, presidente do Abrigo Adorável Vira-Lata de Campinas, é uma delas.

"Minha mãe tem Alzheimer, e, além de todos os desafios que a doença nos impõe, temos receio ainda de 'perdê-la' quando temos que sair à rua, levando-a às consultas, por exemplo. É como uma criança, que precisamos vigiar 100% do tempo. Mas, mesmo assim, ficamos temerosos. Por isso, uma identificação padronizada seria de grande ajuda", afirma.

Rito

O projeto será analisado pelas Comissões Permanentes da Alesp. Caso seja aprovado, irá à votação em Plenário. Aprovada pelos deputados, será enviado à sanção do governador Tarcísio de Freitas (Republicanos-SP).